

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 0073-15 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

Altera o caput do Art. 1º, da Lei Municipal nº 2.202, de 24 de abril de 1996, e altera disposições da Lei Municipal nº 4.090, de 02 de março.

**Art. 1º** Fica alterado o *caput* do Art. 1º, da Lei Municipal nº 2.202, de 24 de abril de 1996, passando a ter a seguinte redação:

***“Art. 1º O Programa de Auxílio-Alimentação é instituído para os servidores municipais ativos do Poder Executivo.”***

**Art. 2º** Fica alterado o *caput* do Art. 1º, da Lei Municipal nº 4.090, de 02 de março de 2015, passando a ter a seguinte redação:

***“Art. 1º O reajuste do Cartão-Alimentação previsto no § 6º do Art. 1º, da Lei Municipal nº 4.005, de 26 de dezembro de 2013, será concedido aos servidores municipais ativos do Poder Executivo.”***

**Art. 3º** Ratificam-se as demais disposições constantes na Lei Municipal nº 2.202/1996, e na Lei Municipal nº 4.090, de 02 de março de 2015, não modificadas pela presente alteração.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 0073-15, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

**J U S T I F I C A T I V A**

Srs. Vereadores:

Estamos enviando a Vossas Excelências o presente projeto de lei, que altera o *caput* do Art. 1º, da Lei Municipal nº 2.202, de 24 de abril de 1996, que institui o Programa de Auxílio-Alimentação, somente para os servidores ativos do Poder Executivo, e altera o *caput* do Art. 1º da Lei Municipal nº 4.090, de 02 de março de 2015, que concede reajuste do Cartão-Alimentação aos servidores ativos do Poder Executivo.

Justifica-se a necessidade de alteração do dispositivo legal em comento, haja vista a orientação expedida pelo Controle Interno do Município, através do Memorando nº 0158/2015, recomendando a alteração da redação da norma, considerando-se recente análise de contas efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao pagamento de bônus refeição a servidores municipais inativos do município de Passo Fundo, com glosa e determinação de ressarcimento ao erário dos valores despendidos pelo município.

Encontra-se pacificado o entendimento, inclusive no âmbito do Supremo Tribunal Federal, de que os servidores inativos não fazem jus ao recebimento do auxílio-alimentação, haja vista que não estão mais no exercício de suas funções.

Dessa forma, a regulamentação da legislação municipal, a par do estabelecido pela Jurisprudência dominante, e em atenção ao Princípio da Legalidade, com a devida alteração no *caput* da Lei Municipal nº 2.202/96, para suspender o pagamento de auxílio-alimentação a inativos e pensionistas, assegurando-o exclusivamente aos servidores ativos do Poder Executivo, é medida que impõe.

Ressalta-se ainda que o Tribunal de Contas já anotou o Município de Itaqui por tal irregularidade, conforme cópia do documento em anexo.

Estas, as razões que justificam o presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE OUTUBRO DE 2015.**

**GIL MARQUES FILHO**

Prefeito